Expansão do Dragão Chinês: Uma nova forma de neocolonialismo

ARTHUR QUEIROZ ASSIS E SILVA[1]

AYLA BISPO BOANO ROSAS [2]

DEISE ANNY CASTRO RIBEIRO [3]

JULIA SEDLMAIER LIMA[4]

LARA LUIZA SANTOS DE OLIVEIRA[5]

PROFª. CAROLINA PRETO[6]

Resumo

Este texto tem como objetivo explorar as decisões e medidas da China, durante o século XXI, em sua tentativa de se alavancar como potência regente mundial, principalmente na África. Analisamos os novos laços diplomáticos e econômicos que o Dragão Chinês constrói ao longo dos anos dentro dos territórios africanos, com grande reserva de recursos naturais, essenciais para fomentar o desenvolvimento chinês. Procuramos também desenvolver uma pesquisa em torno das ações chinesas, expondo atividades que podem ser observadas como neocoloniais, beneficiando seu

[1] Graduando em Relações Internacionais UAM. RA: 125111371370

[2] Graduando em Relações Internacionais UAM RA: 125111363569

[3] Graduando em Relações Internacionais UAM RA: 125111343705

[4] Graduando em Relações Internacionais UAM RA: 125111343642

[5] Graduando em Relações Internacionais UAM RA: 125111345504

[6] Doutora em Filosofia pela UNICAMP e professora do Departamento de Relações Internacionais da UAM. E-mail: carolina.lpreto@gmail.com

desenvolvimento próprio como potência. Através de diferentes frentes teóricas, criamos um campo de comparação entre teorias coloniais e neocoloniais para identificar se as medidas chinesas se enquadram a estes modelos. É notável, a presença de ações neocolonialistas da China no continente africano, contudo sua velada expressão indica uma exploração benéfica para todos os atores envolvidos.

Palavras-chave: China; Potência regente mundial; Laços diplomáticos; Territórios africanos; Exploração de reservas; Neocolonialismo.

Abstract

This text aims to explore China's decisions and measures during the 21st century in its attempt to leverage itself as a global ruling power, particularly in Africa. We analyze the new diplomatic and economic ties that the Chinese dragon builds over the years within African territories, which hold vast reserves of natural resources essential for Chinese development. We also seek to conduct research on Chinese actions, exposing activities that can be observed as neocolonial, benefiting their own development as a power. Through different theoretical approaches, we create a field of comparison between colonial and neocolonial theories to identify if Chinese actions fit into these models. China's neo-colonialist actions on the African continent are notable, but their veiled expression indicates a beneficial exploitation for all the actors involved.

Keywords: China; Global ruling power; Diplomatic ties; African territories; Exploitation of reserves; Neocolonialism.

Introdução

A relação entre a China e os países africanos têm despertado considerável interesse e debate nos últimos anos, à medida que a presença chinesa no continente aumenta de forma significativa, essas ações apresentam uma comparação inevitável as realizações de países colonizadores, principalmente se colocamos uma perspectiva de que a China está cada dia mais próxima de exercer um papel de potência regente. Este fenômeno é muitas vezes analisado sob a perspectiva do neocolonialismo, um termo que evoca a exploração econômica e influência política de uma potência em regiões subdesenvolvidas. No caso da China, contudo, é possível observar uma dinâmica complexa que combina interesses econômicos com uma abordagem que muitos interpretam como uma "mão amiga" para os países africanos.

O crescimento acelerado da presença chinesa na África está atrelado a voracidade da China por recursos naturais, como também, à expansão de sua influência geopolítica e a busca por novos mercados para seus produtos e investimento, essa necessidade ocorre pelo fato do grande número populacional demandando um alto nível de consumo, suas estratégias de crescimento estão atreladas também com sua necessidade de suprir as procuras do mercado interno. A sua busca no mercado externo tende abastecer sua crescente demanda por matérias-primas vitais, como minerais, petróleo e gás, muitos dos quais podemos encontrar de forma abundante na África. Esse interesse econômico tem levado a um significativo aumento nos investimentos e comércio sino-africanos, criando uma interdependência econômica entre as partes.

No entanto, é importante considerar que a dinâmica dessa relação não pode ser simplificada apenas como um neocolonialismo, pois a China muitas vezes busca construir laços de cooperação que vão além do aspecto puramente econômico, a nossa abordagem está diretamente ligada ao entendimento deste processo, pois através de projetos de infraestrutura, financiamento de desenvolvimento e assistência técnica, a China tem oferecido assistência para muitos países africanos, ajudando a impulsionar o crescimento econômico, modernizar a infraestrutura e, em alguns casos, aprimorar a capacidade técnica local.

Este texto explora essa dualidade na relação sino-africana, analisando o equilíbrio delicado entre o benefício econômico que a China obtém ao investir e comercializar com a África e seus esforços para retratar sua presença no continente como uma parceria mutuamente benéfica, apoiando o desenvolvimento sustentável e a estabilidade política na região. É um cenário complexo que exige uma análise crítica para entender plenamente as implicações dessa relação para a África e seu futuro na cena geopolítica global.

CONSTRUÇÃO TEÓRICA

Para compor a nossa abordagem é necessário realizar um passeio sobre duas teorias que conseguem analisar e nos ajuda a entender o sentido da comparação das atitudes chinesas em relação à África. As teorias referentes ao colonialismo e ao neocolonialismo são conceitos essenciais nas discussões abordadas nesta pesquisa, principalmente para entender as relações econômicas globais, auxiliando na compreensão da união sino-africana, deixando claro as diferenças e desigualdades estabelecidas. Elas explicam um fenômeno onde as antigas potências coloniais continuam a exercer influência e controle indireto sobre suas ex-colônias, mesmo após suas independências. Ambos são intrinsecamente ligados a formas de dominação e exploração, embora possuam modos operantes distintos.

O colonialismo clássico envolvia a dominação direta de uma nação por outra, com controle total sobre território e governo, tendo uma mão ativa sobre as suas decisões e exercendo uma exploração explícita, distinguindo do neocolonialismo, que propõe uma forma mais indireta, através de influência econômica, política e cultural, construindo uma exploração disfarçada sobre as aparências de cooperação de comércio justo. Neste ponto é muito importante compreender que as duas formas, mesmo obtendo meios de operações diferentes, são formas de exploração total, tendo necessidade de extrair o máximo de riquezas possíveis para seu próprio crescimento.

A teoria do colonialismo explica o envolvimento na ocupação direta de territórios por potências colonizadoras, suas principais características contam com dominação territorial através de imposição de controle direto das metrópoles colonizadoras sobre as terras e os povos que habitavam o local, além de visar a anexação de territórios por meio de força militar. A exploração de recursos naturais das colônias era um ponto importante para as potências, não gerando retorno para a população local, pensando apenas no seu próprio enriquecimento. Os locais normalmente passavam por um processo de opressão dura e violenta através de hierarquias raciais, já que os colonizadores acreditavam em sua superioridade. Alguns autores como Anibal Quijano realizaram análises teóricas explorando o que chamava de "colonialidade de poder”, onde fica perceptível que nem sempre a Europa pertencia ao centro do mundo e só após a colonização houve essa transformação ideológica de superioridade sobre o restante do globo identificado como o “Outro".

O neocolonialismo, por sua vez, representa uma forma mais sutil de dominação que emergiu no século XX, após a descolonização de muitas nações. As colônias que conseguiram sua independência formal sofreram para alcançar estruturação como nação pelo fato de ter passado anos sofrendo explorações, desta forma, o

neocolonialismo se aproveitou desta fragilidade persistindo em explorações através de suas influências econômicas com políticas contínuas exercidas, ainda sim, pelas potências e antigas metrópoles globais. Neste contexto, as hegemonias globais continuam seus modos de exploração por meio de acordos econômicos desiguais, dívidas custosas e controle sobre os preços das matérias-primas. Para deixar mais exposto essa dominação, o neocolonialismo contou com apoio de instituições internacionais, que apenas ajudara na afirmação de superioridade já que a mediação desses acordos é realizada através do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, por exemplo, impondo políticas econômicas que beneficiam as nações ricas em detrimento das mais pobres. Com a globalização foi necessário criar uma operação “moderna" onde as potências expressam influências culturais midiáticas, desempenhando um papel significativo no neocolonialismo, à medida que as nações ricas exportam sua cultura, valores e produtos culturais para os países em desenvolvimento.

Umas das principais referências para compreender o neocolonialismo é baseado nas análises do autor Kwame Nkrumah, que foi o primeiro presidente de Gana após a sua independência, ele realiza um estudo que nos ajuda a desenhar a forma operante e as dinâmicas das potências pós-independências das nações africanas e como o imperialismo se transformou em uma forma mais sutil, conhecida como neocolonialismo. Sua principal argumentação gera em torno de que embora as nações africanas tenham conquistado sua independência, se torna muito difícil alcançar qualquer tipo de influência econômica, expondo o neocolonialismo como uma forma de exploração econômica disfarçada, em que as nações ricas continuam a dominar as nações em desenvolvimento através de acordos comerciais desiguais e controle sobre os recursos naturais.

Para a nossa construção, o que mais importa é a compreensão que ambos os fenômenos destacam uma desigualdade do globo e mesmo o neocolonialismo sendo

uma adaptação a estrutura moderna, ainda sim, se encaixa em uma exploração sobre as recém independentes colônias e muitas vezes atingem não apenas as ex-colônias, mas também instituições financeiras internacionais e potências emergentes, como a China. Ocorrendo uma nova forma de exploração e desta vez de uma maneira ampla, influenciando significativamente o desenvolvimento e o equilíbrio de poder no cenário global.

A compreensão dos meios operantes do colonialismo e do neocolonialismo é fundamental para abordar questões de justiça, desenvolvimento e equidade no mundo atual. As reflexões sobre esses conceitos são necessárias para as promoções de relações internacionais mais equitativas e para a busca de soluções para os desafios enfrentados por nações em desenvolvimento.

RELAÇÃO NEOCOLONIALISMO EUROPEU E NOVA FORMA DE EXPLORAÇÃO CHINESA

3.1- A expansão neocolonialista da China na África: A construção de uma nova forma de exploração

A relação entre China e África é um dos grandes eventos do século XXI, desempenhando um protagonismo no cenário econômico mundial, contudo esse vínculo provoca algumas análises sobre o que de fato seria a intenção da emergente relação sino-africana. Para alguns pensadores, esse laço é fruto da superação do imperialismo ocidental, a fim de criar um desenvolvimento mais "humanizado", ao menos essa a imagem que as lideranças chinesas querem passar com a exploração no continente africano. Já para os críticos, é uma releitura da colonização Europeia realizada no século passado, na qual a África serve como uma fonte lucrativa para a exportação de materiais manufaturados.

A premissa da relação sino-africana é complexa, estamos abordando a ligação de um país com um continente, as estratégias são diferenciadas, a China possui uma força econômica muito distinta em comparação aos 54 países africanos, esse tipo de disparidade molda o relacionamento que os países possuem entre si. Dessa forma, exploraremos os fatores que explicam o desenvolvimento da relação China-África, especialmente na magnitude econômica, expondo a forma de exploração da China feita no continente, conectando com o neocolonialismo europeu.

Para compreender a moderna relação entre os atores é preciso explorar o seu momento inicial, retornando para a Revolução Chinesa de 1949 e a descolonização de países africanos na década de 50 e 60. Esse período foi marcado pela construção de identidades e posicionamento de interesses internacionais, as similaridades compartilhadas pelo sul global foram fundamentais para a criação de movimentos como os não alinhados e o terceiro-mundismo, frentes ideológicas que contrariavam o imperialismo das grandes potências do norte, essa corrente foi extremamente

importante para a união China-África, ambos se apoiavam na luta contra as explorações europeias na África e o embate geopolítico do ocidente contra a China, era a oposição das nações do Sul contra os gigantes do norte, pelo menos, era o ideal passado da China para as lideranças africanas.

Um episódio que sinalizou para o mundo a crescente relação sino-africano foi a visita do primeiro-ministro chinês Zhou Enlai, em dez países africanos entre 13 de dezembro de 1963 a 5 de fevereiro de 1964, essa viagem foi um marco pois os fundamentos da relação entre as duas civilizações, o chamado “Cinco princípios de Coexistência pacífica” apontou o integral apoio da China em relação às lutas anti-imperialistas africanas, além disso, propunha a neutralidade e não-alinhamento, o respeito à soberania e a não-interferência, princípios esses que partem da teoria relacional chinesa que aborda a necessidade de boas relações globais para tornar a ordem mundial harmoniosa, favorecendo a construção de uma hegemonia chinesa. Contudo, esses fundamentos nunca impediram a China de interferir nos países africanos, a estratégia de não interferência sempre foi uma resposta da China às perguntas sobre sua política e seus ganhos econômicos na África.

Apesar do princípio de não interferência, papel central proposto pela China em sua relação com países do sul global, existe uma crescente preocupação de que essa política beneficie economicamente o país asiático, uma vez que ignora largamente as realidades dos conflitos contemporâneos e as realidades sociopolíticas do continente africano. Dito isso, um bom exemplo sobre a falta de preocupação chinesa com relações sociais locais seriam as vendas de armas para o Sudão nos anos 2000, alimentando o conflito em Darfur, a maioria dessas armas foram usadas para violação de direitos humanos pelo governo e forças rebeldes, esse tipo de estratégia reforça o desejo de manter uma força fiável de recursos minerais.

Cerca de um terço das importações de petróleo da China vem da África, juntamente com materiais preciosos. Na Libéria, o Dragão Chines tem interesse em minério de ferro, no Congo e na Zâmbia está extraindo cobre e cobalto, na Angola e

Nigéria os investimentos são ligados a ação petrolífera, além de dar continuidade a projetos de infraestruturas, esse é um processo fundamental de exploração feita pelas poderosas nações imperialistas. Se até então a China se posicionava como um exportador de matérias-primas para economias ocidentais, como Estados Unidos e Europa, agora o país começa a expandir-se mundialmente, ampliando seus investimentos externos e instalando filiais de firmas domésticas, principalmente em países em desenvolvimento.

Para críticos, a forma indistinta que a China se aproxima dos países africanos, ignorando regimes autoritários que infringem direitos humanos, demonstra que o país, tal como seus antecessores, é imperialista uma vez que se volta apenas e exclusivamente à extração de recursos naturais.

Dessa forma, como observou Nkrumah (1965), “quando um território se torna nominalmente independente já não é possível, como era no século passado, inverter o processo. As colônias existentes podem manter-se, mas não serão criadas novas colônias, em vez do colonialismo como principal instrumento do imperialismo, temos hoje o neocolonialismo.” O princípio de não-interferência chinesa atraiu a atenção de nações africanas, pois sua soberania a anos foi corroída pelas condições de “ajuda financeira” do Ocidente.

Os chineses encontraram uma maneira prática de justificar o neocolonialismo, através de abordagens multilaterais e de colaboração, visando operar em um sistema organizado por regras que preservam o Estado e sua soberania, sendo assim, optou por comércio e acordos bilaterais para estabelecerem presença na África, contrastando com a frente agressiva que os europeus adotaram no passado. Nesse contexto, o avanço internacional da China é verdadeiramente um marco crucial no progresso do país, que busca continuamente expandir sua riqueza interna por meio da busca de recursos e energia para além do seu território.

3.2- A expansão da China na África: uma análise do início da exploração econômica

Na atualidade, existe um amplo consenso de que o sistema internacional está passando por transformações significativas que têm o potencial de alterar sua estrutura e natureza. Essas mudanças podem resultar em um cenário diferente daquele que predominou durante a Guerra Fria, o que levanta dúvidas sobre as certezas que existiram na segunda metade do século XX.

O redesenho das dinâmicas internacionais está gerando agitações, e vemos a ocorrência simultânea de processos contraditórios. Emergem novos atores que desempenham papéis políticos e econômicos de destaque, e eles estão desafiando as regras estabelecidas do jogo internacional. Ao mesmo tempo, estamos testemunhando diversas crises, notadamente no âmbito financeiro, que mobilizam os participantes no palco global.

O processo de globalização, atualmente, é visto como mais arriscado do que benéfico. Ele coexiste com tendências de fragmentação e localização, o que torna o cenário internacional mais complexo. Enquanto o poder está se concentrando nas mãos de poucos atores, há também uma disseminação de poder em várias regiões. A divisão tradicional entre países do Norte e do Sul, ou seja, entre os desenvolvidos e subdesenvolvidos, está se tornando menos nítida.

Novos centros de poder estão surgindo, tanto no Norte quanto no Sul, e essas mudanças estão redefinindo a geografia do poder global. O poder está se deslocando dos tradicionais países do Norte e do Ocidente para o Sul e o Oriente, com destaque para a China. Alguns países emergentes estão localizados no Sul, enquanto outros estão no Leste. Isso está transformando a concepção do Sul, que evoluiu de "Terceiro Mundo" nos anos 1960 e 1970 para "Sul" nas décadas de 1980 e, posteriormente, "Sul Global" a partir dos anos 1990.

Hoje, os países emergentes estão desafiando as categorias convencionais de Norte e Sul. Essa transição está gerando confusão e sobreposição entre as categorias antigas e novas, à medida que o antigo e o novo se mesclam em meio a contradições. Coalizões antigas coexistem com as emergentes, ampliando a relevância das relações multilaterais, bem como das relações dominadas por um único ator ou redes de atores. Isso se reflete na proliferação de atores governamentais e não governamentais em várias associações, muitas vezes pequenas, que se formam em torno de questões específicas de interesse mútuo.

O mundo está modificado à medida que os poderes emergentes desempenham papéis cada vez mais significativos na economia e política globais, embora nem sempre compartilhem uma agenda comum, mas sim interesses específicos. Esses grupos de países emergentes e coalizões de atores econômicos e financeiros estão moldando as dinâmicas econômicas e políticas globais de maneira substancial.

Quando se trata da África, é bem conhecido que esse continente é rico em recursos estratégicos. A chamada "maldição dos recursos" segundo Richard Auty, sempre foi uma ameaça persistente para os governos e povos africanos. Ao longo da história, a África desempenhou papéis diversos na conexão com os principais centros de poder mundiais. Desde o século XV, foi um ponto de parada no caminho para a Índia, fornecendo especiarias, mão de obra escrava para a agricultura nas Américas, matérias-primas agrícolas e minerais que impulsionaram a industrialização do Ocidente, e um terreno estratégico durante a Guerra Fria.

Além disso, a África foi sujeita a experimentos econômicos, incluindo programas de ajuste estrutural. No final do século XX, enfrentou a redução da ajuda, a fuga de investimentos e o declínio das expectativas, indicando que o foco das potências econômicas e preocupações estratégicas havia se deslocado para outras partes do mundo. No entanto, no século XXI, a África emergiu como uma região com uma combinação explosiva de recursos naturais estratégicos, terras que poderiam ser

exploradas, reservas significativas de água doce e minerais "raros", juntamente com um vasto mercado de consumidores em grande parte inexplorado.

Em outubro de 2000, a China organizou a primeira conferência sino-africana de nível ministerial, marcando o início de novas relações sino-africanas e um reposicionamento da África no cenário internacional. Na época, muitos viam a África com ceticismo devido a sua situação social e instabilidade política. A iniciativa chinesa surpreendeu parceiros tradicionais da África e outras nações emergentes, elevando a importância do continente a níveis comparáveis aos eventos históricos como o Congresso de Berlim de 1884-1885 e o período pós-guerra.

O retorno da China à África ocorreu em um momento particular para o continente, quando estava perdendo relevância para os centros de poder ocidentais. Ao mesmo tempo, a China, impulsionada por reformas econômicas lideradas por Deng Xiaoping desde 1978, estava experimentando um crescimento econômico notável e precisava de recursos e mercados para sustentá-lo. Esse crescimento acelerado também influenciou a política externa chinesa, com a necessidade de uma participação mais ativa na economia global.

A China buscou recursos em várias partes do mundo, incluindo a África, para atender suas necessidades de matérias-primas, petróleo, minerais e alimentos para sustentar seu crescimento econômico. Esse movimento foi acompanhado por uma mudança no discurso político, no qual a China procurava se retratar como uma potência pacífica, comprometida com a igualdade, a cooperação e a construção de uma ordem internacional justa. Ao fazer parceria com nações africanas, a China tentou legitimar sua presença, destacando o interesse mútuo e evitando posturas neocolonialistas tradicionais. A criação do Fórum para a Cooperação entre a China e a África (FOCAC) e o aumento do comércio bilateral, investimentos e cooperação científica e tecnológica foram elementos-chave dessa estratégia de envolvimento com a África, que visava benefícios mútuos e evitava a imposição de condicionalidades políticas ou econômicas.

O Fórum para a Cooperação entre a China e a África (FOCAC) é o palco oficial para o desenvolvimento das relações entre a China e os Estados africanos, estabelecendo uma plataforma para a cooperação econômica e social. Diferentemente das abordagens ocidentais, a China se apresenta como um país em desenvolvimento, comprometido em não repetir os erros do colonialismo. Visando uma parceria baseada na igualdade, respeito à soberania e benefícios mútuos. Suas atividades econômicas na África envolvem uma estrutura bilateral entre o governo chinês e seus parceiros africanos, embora também haja uma crescente presença de governos locais chineses e atores não governamentais. Essa abordagem resultou em Pequim tornando-se um dos principais parceiros comerciais da África, contribuindo para um crescimento econômico notável na região.

O aumento substancial do comércio entre a China e a África posicionou a China como o segundo maior parceiro comercial do continente, superando França e Grã-Bretanha, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. A relação comercial concentra-se fortemente no setor energético, especialmente petróleo. No entanto, o comércio bilateral envolve um número limitado de países africanos, com um pequeno grupo respondendo pela maioria das exportações e importações.

Os investimentos chineses na África aumentaram significativamente, passando de US$ 911 milhões em 2000 para US$ 68 bilhões em 2012. Esses investimentos estão concentrados principalmente na Nigéria, Argélia, África do Sul, República Democrática do Congo, entre outros. A China atua em vários setores da economia, incluindo extração de matérias-primas, construção civil e telecomunicações. Além disso, a China promove o desenvolvimento de polos industriais especiais na África, com incentivos fiscais e infraestrutura voltada para a produção e exportação, o que pode ter um impacto transformador no continente.

A China desempenha um papel significativo na cooperação agrícola na África,

preenchendo uma lacuna deixada pelo Ocidente, que enfrenta desafios no desenvolvimento desse setor, com implicações diretas na qualidade de vida das populações. Isso é evidenciado pelo compromisso central da FOCAC em facilitar a cooperação e a transferência de tecnologia agrícola. Além disso, a China tem se envolvido ativamente em acordos de intercâmbio cultural com 45 países africanos, incluindo mais de 200 missões de intercâmbio e participação em diversos eventos culturais. A cooperação abrange uma ampla gama de áreas, incluindo esportes, produção cinematográfica e televisiva, meios de comunicação, publicação e o intercâmbio de profissionais de arte. Isso suscita a questão que China exerce seu próprio "soft power". Opiniões divergem quanto à existência desse soft power chinês. Enquanto alguns argumentam que a China, com sua abordagem singular, carece de soft power, já que poucos países desejam imitá-la, outros veem a China construindo seu soft power por meio do compartilhamento de elementos culturais com os países africanos e seu compromisso em auxiliar na formação de profissionais locais, como evidenciado pelo grande número de estudantes africanos que frequentam universidades chinesas e a presença dos Institutos Confúcio, que promovem a língua e a cultura chinesas.

À luz das considerações apresentadas, as relações entre a China e a África representam um novo paradigma de vínculos que, embora possam ser mutuamente benéficos, também apresentam desafios significativos para os países africanos. Longe do caráter ideológico que marcou os estágios iniciais, a atual investida chinesa na África é predominantemente impulsionada por interesses comerciais e colaborativos. A China busca acesso a matérias-primas vitais e a expansão de seus mercados, enquanto a África almeja um desenvolvimento progressivo.

Visando uma perspectiva otimista, argumenta-se que essa aproximação envolve componentes de cooperação que a distinguem de um avanço neocolonial predatório. Os investimentos chineses se direcionam para áreas negligenciadas pelos centros capitalistas e coincidem com um momento em que a África, após séculos de exploração, necessita de ajuda e investimento. No entanto, uma perspectiva

pessimista observa que os chineses podem estar replicando o modelo neocolonial, ampliando-o com práticas negativas, como corrupção generalizada nas negociações e uma falta de equilíbrio entre assistência e promoção da democracia. Além disso, existe a preocupação de que o crescimento do "imperialismo chinês" esteja contribuindo para a desindustrialização e subdesenvolvimento em alguns países africanos.

A resposta à questão de um limite para o crescimento chinês na África dependerá da evolução da economia chinesa e das ações tomadas pelos próprios africanos. É essencial fortalecer as instituições locais na África para fiscalizar e regulamentar o avanço chinês, evitando armadilhas como a "doença holandesa", e assegurando que os benefícios se estendam ao desenvolvimento sustentável das nações africanas. O compromisso com um bom governo político e econômico, aliado à presença chinesa, tem o potencial de promover o progresso das sociedades africanas. É crucial que as autoridades locais africanas desempenhem um papel ativo como supervisores dessa dinâmica.

CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO DE INFLUÊNCIA CHINESA NA ÁFRICA

As relações Sino-africanas existem desde a dinastia Ming, porém, foi após a Revolução Chinesa que elas se aprofundarem, e com a Proclamação da República Popular da China, os laços se estreitaram tanto de forma diplomática quanto econômica, com Mao Zedong se referindo aos países do continente africano como parceiros conjuntos na “luta contra o imperialismo”, numa tentativa de alinhamento político-ideológico com os países recém independentes, formados durante a Guerra Fria.

Nesse período, houve uma “corrida diplomática” entre a República Popular da China e a República da China (Taiwan), em que ambos Estados buscavam o reconhecimento de países africanos para serem oficialmente reconhecidos como a representação legítima da China nas Nações Unidas. Em resumo, algumas nações africanas por anos trocaram seu alinhamento com os dois Estados, com a República Centro-Africana trocando de lado cinco vezes desde 1962. Após conquistar seu assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, em 1971, mais de quarenta Estados membros africanos a reconheceram como a “verdadeira China”.

Durante a Conferência de Bandung de 1958, a China se posiciona e faz apelos para se tornar o benfeitor do Terceiro Mundo, e ainda apoia e ajuda revoluções e movimentos de libertação nacional em diversos países africanos numa tentativa de associar a independência africana com movimentos comunistas revolucionários.

Com o fim da Guerra Fria, a China começou a se posicionar como potência, com altos índices de crescimento econômico e conquistas geopolíticas, transformando-se no manufaturador do mundo, necessitando cada vez mais angariar recursos, mercado consumidor e mão de obra. No momento, diversos países africanos se viam com dificuldades para se desenvolver, com a falta de investimentos e interesse econômico internacional, mesmo o continente tendo diversos recursos naturais essenciais.

À medida que as economias dos países africanos melhoram gradualmente, surge a necessidade dos mercados africanos para exportar suas commodities. O mercado

consumidor chinês, com sua vasta dimensão e potencial para impulsionar os respectivos PIBs, emerge como uma opção ideal para o envio de bens. Essa crescente dependência econômica da África fortalece as relações sino-africanas, à medida que o continente busca impulsionar seu desenvolvimento econômico. No entanto, é crucial encontrar um equilíbrio para evitar uma dependência excessiva da economia chinesa e buscar diversificação nas parcerias comerciais do continente.

Como descreve Timothy S. Rich e Sterling Recker em seu artigo "*Understanding Sino-African Relations: Neocolonialism or a New Era?*": "De maneira curta, a China promove oportunidade econômica enquanto ignora os problemas sistemáticos que assolam nações africanas, especialmente violações de direitos humanos e outros abusos sociais e políticos que vêm definindo instituições africanas no desenvolvimento pós-Guerra Fria (RECKER; RICH, 2013, p. 65). Portanto, é importante frisar que é irrelevante para a China as atrocidades cometidas nos territórios em que o Dragão busca seus recursos ou investe. O vínculo gerado deste matrimônio geopolítico surge da demanda exorbitante da China de recursos naturais e a demanda africana de mercados de exportação, criaram uma relação mutuamente lucrativa, que parece indiferente aos problemas políticos da região.

A China é um dos Estados mais consumidores de petróleo e alimentos atualmente, procurando tais commodities nas economias emergentes, sendo um terço das exportações de petróleo africana diretamente para a China em 2006, porém, a Corporação Nacional de Petróleo da China domina apenas um mercado no continente africano, o Sudão. As empresas chinesas de extração de petróleo detêm de aproximadamente dois por cento das reservas conhecidas atualmente, e caso tenham o desejo de possuir mais, deverão entrar num embate de negócios com as tradicionais empresas petrolíferas do Ocidente e Oriente Médio, que possuem mais experiência e relações mais profundas com o território africano.

Na questão alimentícia, a necessidade de alimentação de mais de um bilhão de pessoas faz com que a China procure países com tecnologia agronômica capaz

de suprir a crescente demanda por alimentos. Países africanos possuem capacidade produtora, porém lhes falta a capacidade tecnológica. A China vem investindo na agricultura africana, tanto por uma necessidade, quanto pela questão sistêmica africana da necessidade de alimentos vindos de seu próprio território, beneficiando ambos, com a visão de que uma nova “Revolução Verde” no país possa proporcionar os mesmos frutos que a China colheu.

É de suma importância frisar que a crescente relação entre os países muitas vezes pode modificar-se a um caráter exploratório e de repressão da potência em ascensão sobre uma região que sofre com questões de exploração e dominação por atores externos a séculos. Diversas empresas chinesas que se baseiam em territórios africanos muitas vezes trazem trabalhadores chineses e contratam pessoas conterrâneas daquele território como trabalhadores de chão de fábrica, sem a possibilidade de ascensão na hierarquia empresarial imposta, e isso, nos casos em que africanos são contratados. Diversas empresas chinesas contratam apenas trabalhadores do país asiático, criando uma bolha econômica que os Estados africanos não desfrutam. Os chineses também não se integram com as populações locais. Pelo contrário, se mantêm fechados em seus grupos étnicos e resistem a transmitir informações relativas a hábitos e tradições culturais. Dificilmente se dispõem a ensinar espontaneamente sua língua, que assim se constitui na primeira barreira de comunicação com outros povos.

O financiamento de grandes obras estruturais bancadas pelos chineses, que utilizam a mão de obra local, prometem maiores benefícios e facilidades econômico-sociais para a população local, mas garantem unicamente para si a gestão e os ganhos das infraestruturas criadas. A escolha de setores estratégicos como energia e transporte de bens e commodities é essencial para a China, que procura a construção da Nova Rota da Seda, podendo escoar seus bens produzidos pelo mundo, incluindo o continente africano. Uma destas empresas é a China Communications Construction Company (CCCC), que é uma das maiores empresas de construção e engenharia do

mundo. Por ser uma estatal chinesa está sujeita a decisões estratégicas e operacionais influenciadas pelo governo chinês. Ela já atuou na construção de portos, expansão de rodovias e na construção de pontes,em países como o Quênia, a Nigéria, Etiópia, Gana e diversos outros do continente. Essas infraestruturas, essenciais para Estados em desenvolvimento, podem ser benéficas para economias locais, porém, os ganhos muitas vezes ficam com chineses, aumentando a disparidade nas relações sino-africanas.

POLÍTICAS DE AJUDA

Quando pensamos na relação China e África, imaginamos que essa cooperação é uma estratégia recente do país asiático, mas na realidade esse projeto de influência no continente africano foi criado nos anos 1960 na China Maoista, apoiando os movimentos anticolonialistas e de independência. Uma aproximação gradual que culminaria em 2013 com o país sendo o principal parceiro comercial da África Subsaariana, com um fluxo comercial de 170 bilhões de dólares, além de ser uma região onde se localiza a primeira base militar chinesa fora de seu território (Djibuti). Grande parte desses fundos se destina à infraestrutura, com 30,6% em indústrias extrativistas, 16,4% na construção e 15,3% em manufaturas em 2013 (MEAD, 2018), demonstrando um forte interesse na cooperação de longo prazo com esses países. E apesar dos riscos de financiar uma região que possui tantos conflitos políticos e de alta instabilidade, os meios que o governo chinês aposta neste plano se utilizam de diversos instrumentos para obter o capital necessário, predominantemente os bancos estatais como o Banco Popular da China e o Banco de Desenvolvimento da China. Destacam-se, as empresas privadas chinesas, especialmente no setor de tecnologia, como a Huawei, que expandiu sua presença na África rapidamente.

Um aspecto diferencial é a falta de restrições da China em fornecer ajuda financeira a países não democráticos ou que possuem acusações de desrespeito aos direitos humanos, enquanto muitos países ocidentais têm limitações nessa questão. Essa flexibilidade torna a China uma fonte atrativa para as autocracias africanas.

Ao investir no continente é esperado que a China tenha expectativas a serem cumpridas em diversas áreas devido ao alto valor e tempo dedicado, que podem ser resumidos em 3 áreas: econômica, política e militar. Eles enxergaram um potencial que poderia ser explorado a uma região esquecida e ignorada pelo resto do mundo. A mão de obra barata e funcionários que possuem um conhecimento mínimo de suas atividades foram o atrativo para as empresas que desejam terceirizar seus serviços em combate a valorização do salário da população chinesa. Também, na procura da

expansão de seu mercado, a China apostou na África como potencial consumidor desde que bem explorado, por isso os projetos de investimentos nos países, que promoveriam, mesmo que mínima, uma melhoria na condição de vida da população, visto que inúmeras companhias chinesas veem na África uma oportunidade de expandir suas atividades.

Outro ponto, trata-se de um velho problema conhecido pela China, a escassez de recursos energéticos. Nos últimos anos a China ultrapassou os EUA como maior importador de petróleo do mundo e as reservas do continente africano parecem muito atrativas. A China, como uma das maiores economias do mundo, enfrenta uma crescente demanda por energia para sustentar seu rápido desenvolvimento industrial e manter seu alto nível de atividade econômica. A busca por fontes estáveis e diversificadas de energia é crucial para atender a essa demanda crescente, e as ricas reservas energéticas africanas apresentam uma oportunidade significativa para suprir essas necessidades. O envolvimento chinês nas reservas energéticas da África é muitas vezes acompanhado por acordos bilaterais e investimentos diretos, fortalecendo os laços diplomáticos e econômicos. Projetos marcantes, como o porto de Bagamoyo na Tanzânia, relacionados a conectividade e cooperação econômica entre a Eurásia e a África. A Iniciativa Cinturão e Rota (também conhecida como a Nova Rota da Seda) liderada pela China, procura promover a conectividade infraestrutural e o comércio entre a Ásia e a Europa, passando por várias regiões, incluindo África. Ilustrando os investimentos robustos da China em infraestrutura, incluindo não apenas instalações portuárias, mas também centros educacionais e tecnológicos. (PIGATO, TANG, 2015).

Para garantir sua segurança energética a longo prazo, a China adota uma estratégia que envolve o investimento em diversos países e regiões, evitando assim depender excessivamente de uma única fonte.

É importante notar que essa relação não é unidimensional, e há benefícios significativos para ambos os lados. No entanto, a dependência excessiva pode

levantar preocupações sobre a autonomia econômica e política dos países africanos. Com o aumento das exportações de recursos naturais para a China os governos africanos estão cada vez mais conscientes dessas questões e muitos apontam como um novo colonialismo. A preocupação vem de diversos líderes sociais e setores da sociedade civil, incluindo os trabalhadores que criticam as empresas chinesas devido a suas práticas trabalhistas abusivas, como salários abaixo do mercado e condições precárias de trabalho. De acordo com a BBC UK, em 2011, na Zâmbia, ocorreram protestos em resposta ao alto fluxo dessas empresas para o país. A ação civil era contra a mina de carvão Collum que não oferecia o básico para que houvesse segurança dentro do ambiente de mineração. Segundo informes da ONG Human Rights Watch o outro motivo seria também a demora na implementação de um novo salário-mínimo, diferente do que acontecia em outros setores, onde os trabalhadores possuíam esse direito. Além da alta presença de produtos manufaturados chineses no mercado africano. A China tem uma capacidade de produção massiva e diversificada, abrangendo desde eletrônicos e têxteis até bens de consumo e maquinaria pesada. Essa diversificação permite que os produtos chineses atendam a uma ampla gama de necessidades do consumidor africano e seus preços extremamente competitivos, contribuindo para sua presença em diferentes setores, ainda mais considerando as necessidades básicas e o orçamento limitado das populações.

No âmbito político, como já mencionado, a China busca apoio em questões cruciais, por exemplo na questão de Taiwan na ONU. Países africanos que votaram favoravelmente à China recebem recursos extras significativos, criando uma relação de reciprocidade.

Na esfera estratégico/militar, a presença chinesa na África, exemplificada pela base militar no Djibuti, evidencia o interesse chinês em posições estratégicas, especialmente em rotas marítimas cruciais como o estreito de Hormuz.

A presença chinesa na África trouxe benefícios tangíveis, como projetos de infraestrutura, desenvolvimento, transferência tecnológica e aumento do comércio. Pesquisas mostram que a maioria dos africanos vê a influência chinesa como positiva. Angola exemplifica um caso bem-sucedido, tornando-se um dos maiores parceiros comerciais da China, principalmente devido à exportação de petróleo (ALBERT, 2017).

Mas a acumulação de dívidas preocupantes, especialmente em países como Gana e Djibuti, levanta questões sobre a possibilidade de uma "armadilha da dívida" e um novo tipo de colonialismo chinês, previamente citado. Ao analisarmos essa armadilha vemos um ciclo difícil de ser interrompido. São liberados empréstimos excessivos, com taxas de juros elevadas, cláusulas contratuais complexas e curtos prazos de pagamento que acabam sendo aceitos por esses países devido às poucas oportunidades de conseguirem condições melhores. Também, por serem exportadores de commodities, produtos com valores flutuantes, ficam sujeitos a oscilações em suas reservas de dólares e consequentemente dificuldades de quitar suas dívidas. O que os tornam dependentes destes empréstimos e reféns das condições de seus credores, impactando significativamente nas políticas internas e comprometendo a capacidade dos governos locais de tomarem decisões independentes. Essa vulnerabilidade política é vista como neocolonialismo**.**

A política única, que consiste em um tratamento homogêneo para os países africanos com que a China se relaciona também entra nesta problemática, pois é insustentável ter uma mesma linha de tratamento para um continente com mais de 50 países que possuem suas particularidades, inclusive dentro dos próprios Estados.

A dinâmica entre a China e a África é multifacetada, abrangendo uma variedade de repercussões econômicas, sociais e políticas. O destino dessa parceria será determinado pela forma como ambas as partes enfrentam esses desafios, buscando um equilíbrio entre os ganhos econômicos e a autonomia, visando o desenvolvimento sustentável dos países africanos.

Considerações Finais

A inserção da China na África nasce de um movimento de insatisfação com o sistema colonial, na construção de uma identidade contrária a ordem imperialista vigente, numa aproximação dos países africanos com o futuro Dragão Chinês. Com o aprofundamento das relações diplomáticas e econômicas, e impulsionamento da China no cenário internacional, houve um aumento da necessidade chinesa de matérias primas essenciais para o seu desenvolvimento culminando na amplificação das relações sino-africanas.

No decorrer do texto, exploramos as movimentações do país asiático e as vulnerabilidades do continente africano, que possui histórico de submissão das potências imperialistas, porém a China desenvolveu sua influência de forma atrativa, mascarando o vínculo de forma equalitária, diferentemente da relação anteriormente estabelecida na região.

Embora a China possa ter buscado seus próprios interesses econômicos e políticos na África, é inegável que suas ações facilitaram o desenvolvimento dos Estados africanos em partes, pois apesar de ter construído projetos de infraestrutura, a China acaba se aproveitando dos desafios estruturais e socioeconômicos para o impulsionamento de sua economia.

Em conclusão, podemos afirmar que a China tem, de fato, adotado uma abordagem neocolonial na África, buscando a garantia de recursos naturais pensando na expansão de sua influência global, porém com uma conduta atrativa e de certa forma benéfica aos olhares dos países africanos, através de investimentos na infraestrutura, fomento do comércio exterior e assistência técnica, se apresentando como uma “mão amiga” para o desenvolvimento do continente. Portanto, é importante ressaltar que a ajuda excessiva da China sobre esses países gera uma dependência, levando a uma exploração de recursos naturais sem considerar a economia local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADDIS, Amsalu K; ZUPING, Zhu. **Criticism of neo-colonialism: clarification of Sino-African cooperation and its implication to the west.** 2018.

2. ALBERT, Eleanor. **China in Africa**, 2017. Disponível em: https://www.cfr.org/backgrounder/china-africa. Acesso em 12 de novembro de 2023

3. ANTWI-BOATENG, Osman. **New World Order Neo-Colonialism: A Contextual Comparison of Contemporary China and European Colonization in Africa.** 2017.

4. CARDOSO, Jéssica. **China investiu U$ 34 bilhões na África na última década.** Poder 360, 2022. Disponível em: https://www.poder360.com.br/economia/china-investiu-us-34-bilhoes-na-africa-na-ultima-decada/. Acesso em: 17 de outubro de 2023.
5. CHAVES, Luiz Carlos Noleto; SANTOS, Rosenverck Estrela. **O NEOCOLONIALISMO E A EMANCIPAÇÃO DA ÁFRICA: uma leitura a partir de Kwame Nkrumah.** 2020.

6. DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. **A Teoria da Dependência: Interpretações Sobre o (Sub)Desenvolvimento na América Latina: edital nº 10/2021.**

7. FILHO, Wilson; DIAS, Juliana. **O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social, 2015.** Open Edition Journals. Disponível em: https://journals.openedition.org/aa/1371. Acesso em: 10 de novembro de 2023

8. FREITAS, Marcos Vinícius de. **A Cooperação China-África.** BM&C News, 2023. Disponível em: https://bmcnews.com.br/2023/08/14/a-cooperacao-china-africa/ Acesso em: 15 de setembro de 2023.

9. GIRAUD, Olivier. **A GLOBALIZAÇÃO VISTA DO NORTE E DO SUL: quais os seus mecanismos sociais?** 2007.

10. HICKEL, Jason. **Apartheid in the World Bank and the IMF.** Al Jazeera, 2020. Disponível em: https://www.aljazeera.com/opinions/2020/11/26/it-is-time-to-decolonise-the-world-bank-and-the-imf. Acesso em: 24 de agosto de 2023.

11. LECHINI, G. **BRICS e África: A Grande Incógnita, 2012.** Disponível em: http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/pdfs/boletim_internacional/120328_boletim_internacional09.pdf. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

12. MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; FARIAS, Mayara Helenna Veríssimo de. **Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América.** 2018.

13. MEAD, Nick Van. **China in Africa: win-win development, or a new colonialism?**, 2018. Disponível em: https://www.theguardian.com/cities/2018/jul/31/china-in-africa-win-win-development-or-a-new-colonialism. Acesso em 22 de outubro de 2023.

14. MENDES, Leonel Vicente. **POEMAS, COLONIALISMO, NEOCOLONIALISMO E LUTA ANTICOLONIAL NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA EM AMÍLCAR CABRAL.** 2022.

15. PACHECO, Bárbara Luana Pereira; RITA, Leonardo Coelho Assunção Santa. **Presença da China na África: Novo desenvolvimento ou novo colonialismo?** 2018.

16. RABBIA, Noemí. **África en la política exterior china: ¿nuevas potencias, viejos hábitos?** disponível em http://www.asiared.com/es/downloads2/noemi-s.-rabbia.pdf, Acesso em 20 de setembro de 2023.

17. RECKER, Sterling; RICH, Timothy S. **Understanding Sino-African Relations: Neocolonialism or a New Era?** Pg. 65, 2013.

18. SCOTELARO, Marina; VASCONCELLOS, Patrícia Mara Cabral; MELLO, Rafael Alexandre; MENEZES, Roberto Goulart. **DESIGUALDADE, EXPULSÕES E RESISTÊNCIAS SOCIAIS: pensando local e o global, 2022.**

19. WASSERMAN, Herman; MANO, Winston; ZHANG, Xiaoling. **China's expanding influence in Africa: projection, perception and prospects in Southern African countries.** 2016.

20. ZELEZA, Paul Tyambe. **The Africa-China relationship: challenges and opportunities.** 2014.

21. **China mines in Zambia 'unsafe' says Human Rights Watch.** BCC UK, 2011. https://www.bbc.com/news/world-africa-15569310. Acesso em: 10 de novembro de 2023.